



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE FEIRA DE SANTANA

Autorizada pelo Decreto Federal nº 77.496 de 27/04/76
Recredenciamento pelo Decreto nº 17.228 de 25/11/2016



PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
COORDENAÇÃO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA

XXV SEMINÁRIO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA DA UEFS SEMANA NACIONAL DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA - 2021

TÍTULO DO RESUMO

Gênero e Raça no Território do Sisal: mulheres negras e a busca por direitos no município de Conceição do Coité/BA.

Ione Bispo de Jesus; Acácia Batista Dias²;

1. Bolsista PIBIC/CNPq, Graduanda em Psicologia, Universidade Estadual de Feira de Santana, e-mail: ione98@outlook.com
2. Orientadora, Departamento de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Estadual de Feira de Santana, e-mail: acacia@uefs.br

PALAVRAS-CHAVE: Raça; Gênero; mulheres.

INTRODUÇÃO

Compreende-se que o racismo sistematizado se reflete nas vivências de gênero das mulheres negras, e o pensamento desenvolvido pelo Feminismo Negro vem apontando as especificidades dessas experiências, que envolve a união do racismo e do machismo. A crítica ao feminismo hegemônico esteve presente em diversas partes do mundo, e não foi diferente no Brasil, país que desde a sua formação teve como princípio uma produção sistemática de subjugação, opressão e discriminação da população negra e pobre. Dessa forma, as mulheres negras tiveram uma experiência histórica diferenciada e que o discurso clássico sobre a opressão da mulher não tem reconhecido. (CARNEIRO, 2003, p.1)

Assim, as mulheres brancas são postas, por essas narrativas, no centro da luta feminina, desconsiderando as lutas e contribuições de mulheres não brancas e das organizações sociais fora da Europa, e essa “invisibilidade (..) esteve ligada ao processo de colonização e colonialidade histórico, que transcendeu teorias e práticas políticas.” (CURIEL, 2009, p.1, tradução nossa)

Nessa perspectiva, Oyěwùmí (2004) argumenta que várias sociedades africanas e principalmente a iorubá não possuíam organização social hierarquizada a partir da categoria gênero, mulheres faziam parte dos espaços de chefia que estavam ligados muito mais a idade que as diferenças de gênero, a hierarquização com base em gênero só teve sua institucionalização nessas sociedades pela intervenção colonial. Tendo isso em vista, é crucial destacar que muitas das pautas levantadas pelas ativistas e estudiosas brancas não se adequam as demandas de mulheres negras. Para OYĚWÙMÍ (2004), é obvio que

as questões, conceitos, teorias e demandas que produziram a pesquisa de gênero tiveram como base a experiência das mulheres brancas europeias e norte americanas.

Sendo assim, partindo desses referenciais e entendendo como as questões estruturais raciais influenciam no feminino, e impactam na vivência das mulheres negras, este trabalho objetivou identificar e analisar experiências de racismo vivenciadas por mulheres negras participantes de grupos e/ou movimentos sociais, no município de Conceição do Coité, Bahia.

MATERIAL E MÉTODOS OU METODOLOGIA (ou equivalente)

A metodologia utilizada foi o levantamento bibliográfico acerca da implicação do racismo na experiência de gênero das mulheres negras e textos com enfoque na crítica aos interesses e ideias eurocêntricas e colonizadoras no debate de gênero. Através de plataformas digitais, devido a pandemia de COVID19, realizamos mapeamento dos movimentos sociais e as entrevistas com mulheres negras que integravam esses movimentos.

RESULTADOS E/OU DISCUSSÃO

Foram identificados coletivos de movimentos com temáticas raciais e/ou de gênero, sendo eles: Revolution Reggae, Fya Produções, Mulheres da Pampulha, Coletivo Marielles, Coletivo Artimanhas. Contactamos mulheres negras que participam de alguns desses movimentos e realizamos três entrevistas, a saber, Taila Sena de Jesus, 20 anos; Clécia Silva Oliveira, 27 anos; Sara Nidian Silva Oliveira, 25 anos.

Os relatos dessas mulheres revelam que boa parte desses movimentos não possuem na sua agenda política a discussão ou centralização da questão racial. E que um dos poucos que traz essa discussão é o Revolution reggae, o qual “é uma ONG... a gente é um coletivo preto...uma família... ele tem me colocado no espaço com pessoas pretas, me organizar com pessoas pretas enquanto povo preto” (Taila, 20 anos), afirma uma das entrevistadas.

As jovens participantes da pesquisa relatam um distanciamento das teorias feministas com a realidade de mulheres negras e de como elas são silenciadas nesses espaços, “A gente discute, discute e não sai da discussão. A gente vê o problema, conversa com o problema, mas não constrói uma efetiva solução” (SARA, 25 anos). Essa negação pelo feminismo demonstra “a incapacidade de reconhecer as diferenças e dessa forma, as vozes silenciadas e os corpos estigmatizados de mulheres vítimas de outras formas de opressão além do sexismo, continuaram no silêncio e na invisibilidade.” (CARNEIRO, 2003, p.118).

As jovens demonstram a necessidade de superação do machismo dentro da comunidade negra, a fim de melhorar a parceria com os homens pretos, e construir uma luta enquanto povo: “essa parceria, ela tem acontecido, mas acho que a gente precisa se entender enquanto povo, porque traços de machismo tem atrapalhado muito nossas relações e que também afetam a gente enquanto mulher negra” (Taila, 20 anos). Dentro do movimento negro “nossos parceiros do movimento reproduzem as práticas sexistas do patriarcado dominante e tendem a nos excluir das esferas de decisão do movimento” (GONZALEZ, 2020, p.148). Para as entrevistadas essa reprodução precisa caminhar para um fim, por uma melhor organização e convivência coletiva.

As entrevistadas lembram que o feminismo embasado por uma visão colonizadora que generaliza a masculinidade, ignora o fato de a raça influenciar nas construções de masculinidades inferiorizadas. Assim, uma das entrevistadas ressalta: “Acho que muitas questões que nos atravessam também atravessam os homens negros, o machismo também deixa feridas no homem negro e isso poderia ser uma oportunidade de aproximação e de pautar isso juntos” (Sara, 25 anos). O silenciamento de negros(as) foi denunciado por Bairros (1997) ao afirmar que o sexismo aliado ao racismo também atua num processo que coloca o homem negro como preguiçoso, hipersexualizado e violento, portanto, alvo da violência policial. Já que “no imaginário ocidental, um homem negro não é um homem, antes ele é um negro” (SOUZA, 2009, p. 100).

As entrevistadas também denunciam o fato de que as narrativas presentes no município e que recebem atenção midiática trazem uma discussão superficial e de exposição da negritude: “Mas é muito uma amostra de que em Coité tem pessoas pretas, a gente é colocado a mostra, parece que a gente voltou uns anos atrás e tão colocando a gente em vitrine” (Taila, 20 anos). Sobre esse processo de esvaziamento que ocorrem na exposição da negritude Nascimento (2016) revela que no intuito de sustentar a falsa ideia de integração e igualdade do negro na sociedade brasileira, a branquitude realiza um processo de “valorização” da cultura negra, que a transforma em folclore, comércio e curiosidades para fins de entretenimento. Este autor ainda acrescenta que “a cultura africana posta como simples folclore se torna em instrumento mortal no esquema de imobilização e fossilização dos seus elementos vitais, uma sutil forma de etnocídio”. (NASCIMENTO, 2016, p.147).

Tendo em vista esse cenário de violências apresentado, as mulheres negras entrevistadas apontam a autorganização do povo preto como potencial de mudança: “eu acho que a resposta pra isso é a gente começar, usar a mesma palavra: entra pra dentro,

entrar pra dentro das periferias, entrar pra dentro do quilombo, aqui tem um quilombo, se agrupar, se conhecer”(Taila, 20 anos); “a gente não pode perder tempo com isso, o movimento é outro, é o nós por nós” (Sara,2020); “Acho que autorganização, dentro dessa perspectiva e pensar processos educacionais de formação política” (Clécia, 27 anos). Essa perspectiva trazida pelas entrevistadas se alinha com as perspectivas defendida por Abdias Nascimento (2019) de que é necessário para libertação do povo preto o estudo da sua história, entendendo seu passado de potencialidades, que é negado pelo discurso branco, para que o povo preto na diáspora, aprenda com suas experiências do passado para vivenciar o presente e edificar um futuro mais prospero para os negros.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do exposto, se constata o quanto o racismo latente impacta na vida de mulheres negras em Conceição do Coité, evidenciando a necessidade de compreender as experiências de mulheres negras por uma ótica não eurocêntrica e anticolonial, refeltindo como o debate de gênero, assim como já denunciado por intelectuais negras, está pautado na vivência das mulheres brancas. Nessa perspectiva, essas mulheres apontam para necessidade de conhecer a cultura e uma forma de organização do povo preto desvinculado de um olhar colonial, além disso demonstram que se organizar enquanto povo potencializa as ações para superação das mazelas imposta pelo colonialismo.

REFERÊNCIAS:

- BAIROS, L. Nossos feminismos revisitados. **Revista Estudos Feministas**, vol.3, n.2, 458-463, 1995.
- CARNEIRO, S. Enegrecer o Feminismo: A Situação da Mulher Negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero”. *Latitudes Latinas – música e cultura latino-americana*. 2003
- CARNEIRO, S. Mulheres em Movimento, **Estudos Avançados** 17 (49), 2003.
- CURIEL, O. Descolonizando el feminismo: una perspectiva desde America Latina y el Caribe”. In: *Primer Coloquio Latinoamericano Sobre Praxis y Pensamiento Feminista*, 2009, Buenos Aires.
- GONZALEZ, L. por um feminismo afro-latino-americano: ensaios, intervenções e diálogos/ organização Flávia Rios, Marcia Lima. Editora Zahar, Rio de Janeiro, 2020.
- NASCIMENTO, A. O quilombismo: documentos de uma militância pan-africanista, editora Perspectiva, Rio de Janeiro, 2019.
- OYĚWŪMÍ, O. Conceituando o Gênero: Os fundamentos eurocêntricos dos conceitos feministas e o desafio das epistemologias africanas. *Codesria Gender Series. Volume 1*, Dakar, traduzido por Juliana Araújo Lopes, 2004, p. 1-8.
- SOUZA, R. R. Representações do homem negro e suas consequências. *Fórum Identidades. Volume 6*. 2009.